



9ª Conferência Municipal de Saúde de Osasco
03 e 04 de março de 2023

GARANTIR DIREITOS
E DEFENDER O SUS,
A VIDA E A
DEMOCRACIA

Comissão Organizadora da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Osasco

- ✓ Alexandra Pontieri (convidada)
- ✓ Antonia R. M. Beraldo (convidada)
- ✓ Carmen Sandra Modesto Guedes (convidada)
- ✓ Domenica Veneziano (convidada)
- ✓ Edna Maria Brasil – Governo (Gestão)
- ✓ Eduardo Dias Real (convidado)
- ✓ Elaine Cristine Zorzan (convidada)
- ✓ Erica Lima Silva (convidada)
- ✓ Fernanda de Jesus Ligeiro Braga – Servidor
- ✓ Giovanna Alessandra Segunda Cogo Rodrigues Andrade (Secretária Executiva do CMS)
- ✓ Grazielen Dinato (convidada)
- ✓ Isolde Fagundes (convidada)
- ✓ Káthya Bertolini (convidada)
- ✓ Luciana da Silva Sampaio Jorge (convidada)
- ✓ Luciana Lima Vasconcelos (convidada)
- ✓ Luisa Ivana Almeida da Silva (convidada)
- ✓ Maria do Rosário Dias da Silva Duarte – Servidor
- ✓ Maria Isabel de O. Panaro (convidada)
- ✓ Marinauva de Melo Silva – Usuário
- ✓ Paulo Sergio Marcelino (Presidente do CMS)
- ✓ Reinaldo da Silva Freitas – Usuário
- ✓ Rita de Cassia Ferreira Lourenço (convidada)
- ✓ Rodnei Marques Barroso (convidado)
- ✓ Rodolfo Luis Almeida Maia – Servidor
- ✓ Selma Ferreira Carneiro (convidada)
- ✓ Stephanie Pereira (convidada)
- ✓ Suelen R. de O. S. Araújo (convidada)
- ✓ Teresinha F. Aleixo (convidada)
- ✓ Teresinha Pereira e Silva – Usuário
- ✓ Terezinha Loiola (convidada)
- ✓ Vera Lúcia Lopes (convidada)

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSASCO

Avenida João Batista, 480, Térrio, Sala 9 - Centro

CEP: 06097-100 - Osasco - SP

Tel. (11) 3699-8978 / 3699-8984

E-mail: cms.ss@osasco.sp.gov.br

Introdução

Desde a primeira Conferência Nacional de Saúde, em 1937, a sociedade brasileira debate sistematicamente os rumos da saúde no País. Entretanto, o grande avanço nessa área aconteceu na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986. Foi nesse espaço de debates da população e de militantes da saúde que foram estabelecidas as diretrizes para construção de uma saúde pública, descentralizada e unificada: o Sistema Único de Saúde (SUS). E foi a partir desta organização que foi reconhecida, na Constituição federal de 1988, a saúde como Direito do Povo e Dever do Estado. Dois anos depois, foram criadas as leis orgânicas nº 8080/90 e nº 8142/90. Esta instituiu as Conferências e os Conselhos de Saúde como principais instrumentos de controle social do SUS, em âmbito Nacional, Estadual e Municipal.

A criação desses instrumentos legais de acompanhamento social do SUS foi, e é, fundamental dada a essência coletiva da criação do SUS. E é por meio das Conferências de Saúde, realizadas a cada quatro anos, que municípios e estados de todo o País devem levantar, debater e votar propostas que se tornarão diretrizes em seus respectivos planos de saúde.

Relatório

A cidade de Osasco realizou sua 9ª Conferência Municipal de Saúde, etapa da 9ª Conferência Estadual de Saúde São Paulo, etapa da 17ª Conferência Nacional de Saúde, cujo o tema orientador foi “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia-Amanhã Vai ser Outro Dia”.

A 9ª Conferência ocorreu nos dias 03 e 04 de março de 2023, no Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CEFOR) -Centro. Osasco-SP, sendo precedida de duas pré-conferências realizadas também no CEFOR, nos dias 23 e 24 de fevereiro no período da manhã.

Osasco possui 700 mil habitantes e cerca de 40 bairros que refletem diferentes realidades do município. Tamanha diversidade e porte populacional nos *levou* a adotar



uma divisão regional nas pré-conferências, zona norte e zona sul, para que ~~possamos~~ *podéssemos* aprofundar a discussão a partir dos territórios. Essa divisão no entanto não foi impeditiva da livre participação independente do seu bairro/região.

Os eixos debatidos nas pré-conferências e na Conferência seguiram a mesma temática proposta pelo Conselho Nacional de Saúde para a 17ª Conferência Nacional de Saúde:

- I-O Brasil que temos. O Brasil que queremos;
- II-O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas;
- III-Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia;
- IV- Amanhã vai ser outro dia para todas, todos e todes.

O processo das conferências

A 9ª Conferência Municipal de Saúde de Osasco, ocorreu em formato presencial para que os debates e reivindicações permeassem todos os segmentos: usuários/as, trabalhadores/as e gestores/as.

A pré-conferência zona norte contou com a participação de 152 pessoas e a zona sul com 194 participantes, totalizando 346 conferencistas entre usuários, trabalhadores e gestores.

A abertura oficial da 9ª Conferência aconteceu no dia 03/03 no período noturno e contou com a participação de 80 pessoas. Houve uma apresentação cultural da Associação de Capoeira Grupo Correntes da Senzala, associação que desenvolve nas periferias de Osasco um grande trabalho voltado a crianças e jovens carentes, sob liderança do Mestre Jomar Pereira da Silva, conhecido nas rodas por Mestre Malaca. O Grupo trouxe também, além da apresentação típica de Capoeira, uma linda apresentação de Maculelê, dança típica que foi encenada por crianças atendidas pela Associação. As apresentações foram precedidas pela declamação do poema “Capoeira é Saúde” autoria de Eduardo Real.

Após essa apresentação, os representantes de cada segmento e os convidados presentes teceram suas considerações, e o presidente do Conselho Municipal de Saúde declarou aberta a conferência.

Os trabalhos da conferência no dia 04/04 contaram com a participação de 114 pessoas e tiveram início com uma aula magna proferida pelo Professor Gastão Wagner do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da UNICAMP. Depois disso os participantes foram direcionados às quatro salas de debate, de acordo com o eixo escolhido no momento do credenciamento.

O número de participantes por segmento em cada uma das etapas encontra-se ilustrado no quadro abaixo.

Quadro 1. Participantes da 9ª CMS Osasco por etapa e segmento.

Etapa/Segmento	Segmento Usuário	Segmento Trabalhador	Segmento Gestão/ Prestador	Comissão Organizadora	TOTAL
Pré-Conferência (23/02/23) -	27	99	11	15	152
Pré-Conferência (24/02/23) -	25	128	20	21	194
Abertura 9ª Conferência Municipal de Saúde (03/03/23)	33	13	20	14	80
9ª Conferência Municipal de Saúde (04/03/23)	40	34	26	14	114

Análise das Propostas Aprovadas

Durante as duas pré-conferências, foram levantadas 370 propostas divididas pelos 04 eixos e votadas pelas/os delegadas/os que participaram a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Osasco. Cada uma das propostas foi lida e debatida na sala do respectivo eixo sendo aprovada ou rejeitada pelos participantes, totalizando as propostas aprovadas e que seguem nos anexos de cada eixo.

Explanamos abaixo algumas considerações sobre as propostas aprovadas que deverão subsidia a gestão do SUS no município de Osasco.

O quadro com a totalidade das propostas separadas por eixo encontra-se no Anexo I

Saúde Mental

A questão da saúde mental permeou diversas discussões, sobretudo aquelas que diziam respeito aos impactos da pandemia de COVID-19 no cotidiano da população.

Ressaltou-se a necessidade dos atendimentos em saúde mental estarem mais acessíveis à população nos territórios onde elas moram, com a presença de um maior contingente de profissionais de saúde mental na Atenção Básica. O trabalho multidisciplinar com profissionais de formações diversas (psicólogas/os, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, enfermeiras/os e psiquiatras) foram apontados como necessários para que a Atenção Primária possa atender às demandas de saúde mental.

Saúde da População Negra

Uma das grandes discussões da 9ª Conferência Municipal de Saúde foi o racismo enquanto um dos determinantes que dificulta o acesso ao SUS. Foram abordadas as doenças e agravos mais específicos da população negra, como a anemia falciforme, bem como as desigualdades sociais produzidas pelo racismo. A necessidade de formação de profissionais foi apontada como um dos principais desafios para lidar com a (re)produção de racismo institucional.

Saúde da pessoa idosa, da população LGBTQIA+, da mulher e das pessoas com deficiência

Diversas discussões sobre os grupos de maior vulnerabilidade e maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde foram pautadas. Em relação à pessoa idosa e pessoa com deficiência foi destacada a necessidade de ampliação do acesso dessas populações aos serviços de saúde, bem como o investimento na acessibilidade dos espaços físicos, nas informações transmitidas e nos atendimentos ofertados.

Sobre a saúde da mulher, as propostas contemplaram os temas de saúde reprodutiva e atendimento perinatal. Todavia, apesar de não terem surgido discussões a respeito da saúde sexual, doenças específicas (câncer de mama e de colo de útero) e

violência de gênero, ressaltamos a importância desses assuntos entrarem em pauta no sentido de não limitar o corpo da mulher ao papel reprodutivo.

Por fim, com relação à população LGBTQIA+, foram ressaltadas as barreiras que as pessoas travestis e transexuais encontram para acessar os serviços de saúde e ter atendimento qualificado para atender suas questões específicas de saúde. Foi ressaltada a necessidade de formação continuada dos/das profissionais da rede para atender e lidar com as especificidades de cada grupo considerado minoritário, tendo em vista o princípio da equidade.

Saúde do trabalhador e da trabalhadora: formação e gestão qualificada

O desgaste de trabalhadoras/es neste período de pandemia também foi mencionado diversas vezes. Várias críticas com relação à falta de qualificação de gestores/as de Unidades de Saúde emergiram, principalmente de representantes das/dos usuárias/os. A exigência de qualificação profissional para as pessoas que ocupam cargo de gestão de serviços de saúde, maior investimento em formação continuada e um programa mais estruturado de cargos e salários para trabalhadoras/es foram tidos como fundamentais para garantia de atendimento adequado à população e para a administração qualificada dos equipamentos públicos.

Diretrizes

Como mencionado anteriormente, as Conferências de Saúde conformam uma das esferas de participação direta da população na construção da política de saúde e são responsáveis por ouvir as demandas dos diversos segmentos da sociedade civil e transformá-las em diretrizes para as etapas posteriores da 9ª Conferência Municipal de Saúde

A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

Assim, é dever da Conferência Municipal de Saúde não somente aprovar as propostas e diretrizes elaboradas pela população, para as próximas etapas mas transformá-las, ou ajustá-las, para serem incorporadas no atual Plano Municipal de Saúde, pela gestão pública. Assim, **as diretrizes listadas abaixo** foram produzidas a partir da análise tanto das propostas aprovadas quanto das discussões durante as duas pré-conferências e a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Osasco.

Diretrizes aprovadas no plenário da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Osasco

EIXO 1

Municipais

1. Produzir e publicar política municipal de saúde, priorizando a atenção primária em saúde e implantação do NASF em Osasco.
2. Produzir diagnóstico e implementar ações intersetoriais com cultura, habitação, mobilidade urbana, pessoa com deficiência, assistência social, trabalho, esportes, educação e meio ambiente, visando implementar ações de promoção e prevenção de saúde nos outros equipamentos públicos.

Estaduais

1. Interromper qualquer parceria com instituições de modelo manicomial de cuidado, como Comunidades ou Casas Terapêuticas e garantir os direitos previstos na Lei nº 10216 da Reforma Psiquiátrica.
2. Ampliar cobertura de acesso à água potável e saneamento básico, por meio de administração direta do estado.

Nacionais

1. Revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com fortalecimento da estratégia saúde da família (ESF) como prioritária.
2. Retomar o financiamento do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF).

EIXO 2

Municipais

1. Construir mídias digitais com linguagem simples e acessível em material lúdico, sobre Participação e Controle Social para promover o acesso da população mantendo caráter apartidário, antirracista e antissexista.
2. Divulgar amplamente os canais de ouvidoria (municipal e geral do SUS), estratificando as manifestações recebidas com objetivo de nortear as ações de gestão, elevando o Controle e Participação Social.

Estaduais



1. Considerando a saúde em seu conceito ampliado, que saúde se faz com Democracia, articular diferentes Conselhos instituídos que representam o Controle Social de diversas secretarias, para construção e articulação de propostas intersetoriais, de forma institucionalizada e sistemática.
2. Por meio dos Conselhos instituídos, com investimento técnico e financeiro, com apoio da educação permanente em saúde, promover e fortalecer a Participação Social e Controle Social no SUS, incluindo as instituições de ensino desde a formação básica à acadêmica, públicas ou privadas.

Nacionais

1. Garantir o sistema de participação social, garantindo o seu caráter emancipatório, apartidário, antirracista e antissexista.
2. Padronizar os regimentos e regulamentos dos Conselhos municipais e estaduais, garantindo a Participação Social com paridade nas atividades/ações.

EIXO 3

Municipais

1. Implantação do prontuário eletrônico do cidadão.
2. Fortalecimento e aumento do investimento na Atenção Primária em Saúde.

Estaduais

1. Implantar na Secretaria Estadual de Saúde a Política de equidade e garantia das ações e serviços voltados à saúde das populações vulneráveis, negras, indígenas, privadas de liberdade, em situação de rua e LGBTQIAP+.
2. Garantir apoio da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo para implantação e implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com efetivação de leitos psiquiátricos em todos os hospitais gerais estaduais, cofinanciamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), apoio técnico e financeiro às equipes de crise e Redução de Danos, que a residência médica em psiquiatria seja realizada na RAPS e os ambulatórios médico de especialidades (AME) incorporem as especialidades da saúde mental e a telessaúde.

Nacionais

1. Revogação da Emenda Constitucional nº 95.
2. Garantir que o Ministério da Saúde fortaleça o apoio das ações de saúde mental de caráter antimanicomial, com cuidado em liberdade, de base territorial e voltado à defesa dos

direitos humanos, proibindo o financiamento de todos os serviços que violem esses princípios como as comunidades terapêuticas ou equipamentos similares, e os hospitais psiquiátricos.

EIXO 4

Municipais, Estaduais e Nacionais

- 1- Garantir a gestão direta dos serviços do SUS em um modelo de transição para uma "Autarquia Especial", com serviços sendo geridos por pessoas com capacidade técnica, formação em saúde e voltada à atenção universal, integral, com equidade, respeitando o limite máximo de área de abrangência específico para cada serviço na Atenção Básica e os Preceitos do SUS.
- 2- Fortalecer a participação, o controle social, a integralidade, a equidade e a universalidade por meio de uma Plataforma Digital específica para o Sistema Único de Saúde de cooperação nos Conselhos de Saúde municipais, estaduais e nacional.

Eleição dos Delegados/as

Finalizamos os trabalhos do dia com a eleição dos delegados/as representantes dos segmentos usuário/a, trabalhador/a e gestão, ocupando a totalidade das 40 vagas destinadas ao nosso município. Foram eleitos 20 delegados titulares e 04 suplentes do segmento usuário, 10 delegados titulares e 04 suplentes do segmento trabalhador e 10 delegados titulares e 01 suplente do segmento gestão. A listagem nominal dos eleitos segue abaixo.

Segmento Usuário/a

Titulares

1. Alaíde Pereira Xavier Feitosa
2. Anor Gonçalves Mendes Junior
3. Carmen Sandra Modesto Guedes



4. Claudineia Pereira de Lima
5. Eduardo Dias Real
6. Jacksyara de Souza Santos
7. Jair César Alves de Queiroz
8. Jonas Manuel de Queiros
9. José Antônio de Carvalho (Zezinho)
10. José Francisco Pereira de Sousa (Frank)
11. Luísa Ivana Almeida da Silva
12. Maria do Desterro Pereira Bento Leal
13. Marinauva de Melo Silva
14. Paulo Sergio Marcelino
15. Priscila Kimie Takatsu
16. Regiane Alexandre Carneiro
17. Rita de Cassia Silveira
18. Sergio Alves de Almeida
19. Sonia Ramos Barbosa Araújo Silva
20. Vanessa Adélia Campos de Souza

Suplentes

1. Normando de Souza Pereira Junior
2. Maria Christina Mendes Carvalho
3. Adilson Pereira Maia
4. Gercira Cordeiro da Silva

Segmento Trabalhador/a

Titulares

1. Ana Carolina dos Santos Dóres
2. Anderson Moreira de Sousa
3. Angela Maria de Araujo Maia
4. Christiane Batista de A. Pinheiro
5. Evaldo Shinji Kuniyoshi
6. Juliana de Campos Stabile
7. Maria do Rosário Dias da Silva Duarte
8. Rita de Cássia Ferreira Lourenço
9. Rogério Molnar da Silva
10. Tatiane Parente Simões

Suplentes

1. Teresinha Pereira e Silva
2. Rodolfo Luis Almeida Maia
3. Terezinha Loiola da Visitação
4. Kathya Bertolini

Segmento Gestão

Titulares

1. Alexandra Pontieri
2. Deise Dias de Oliveira
3. Edna Maria Brasil
4. Elk Fernanda Dias
5. Felipe Tannus Moreira da Costa
6. Giovanna Alessandra Segunda Cogo Rodrigues Andrade
7. Luciana da Silva Sampaio Jorge
8. Maria Ermínia Ciliberti
9. Rodnei Marques Barroso
10. Selma Carneiro Ferreira

Suplentes

1. Maria Aparecida Alcântara Dórea

Moções;

- Moção de: Repúdio! Contra;

1 -Lei Ordinária 4974/2019 que dispõe sobre criação de comunidades terapêutica em âmbito municipal Osasco;

2 - Contratos em quaisquer secretaria no município de Osasco em comunidades terapêuticas ou similares;

3- Criação ou co-criação (Estado/FED) de comunidade terapêutica em âmbito municipal;

4- Desfinanciamento e sucateamento da Rede de Atenção Psicossocial, pois percebemos que o município de Osasco contraria as recomendações, diretrizes, leis em vários âmbitos, consenso entre Entidades Conselhos entre Comunidade Acadêmica, que visa investimentos exclusivos nos serviços da RAPS, públicos que visem o CUIDADO INTEGRAL e EM LIBERDADE; laudo amparado por equipe multiprofissional de

saúde e dados científicos tudo muito bem recomendado por exemplo na recomendação 01/23 do Conselho Nacional de Saúde.

- Moção de: Repúdio ao Sistema de Metas (Portaria 538/333 do Município de São Paulo) e apoio a trabalhadores/as do SUS de São Paulo.

O Município de São Paulo tem passado pelo desmonte continuado de suas Políticas Públicas no SUS, com ameaça das Organizações Sociais (OS's). Nesse contexto, em 2022, por meio das portarias da SMS/SP N° 538 e 333, foi instituído sistema de metas para trabalhadores e Unidades de Saúde como forma de avaliar qualidade dos serviços.

Tais portarias tem causado grande esgotamento e sucateamento dos serviços, não havendo compreensão por parte das OS's sobre as dificuldades de bater metas de atendimentos etc.

Como exemplo, tem sido comum profissionais não conseguirem bater metas de quantidade de atendimento por conta de falta de usuários, ou não conseguido realizar quantidade de grupos estabelecidos sem desestruturar serviços e não melhorando acesso de usuários/as aos serviços de saúde.

Nesse sentido, a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Osasco, por meio desta moção, manifesta repúdio a sistemas de metas que sucateiam o SUS e prestam apenas aos interesses produtinistas de OS's. Além disso, manifestamos apoio a trabalhadores e trabalhadoras do SUS que lutam para a revogação das citadas portarias em favor de uso de indicadores de saúde alinhados aos interesses do SUS para melhoria da assistência.

Moção de: Solicitação Municipal!

Implantação no Município de Osasco, segundo regulamento na portaria 992 de 13/05/2009 do Ministério da Saúde da Política de Saúde Integrada da População Negra.

Advogar pela aprovação da Lei que pretende instituir a Política Municipal de Saúde integral da população negra no Município de Osasco.

Moção de: Realização de contratação de profissionais por concurso público para melhor funcionamento dos serviços de atenção à saúde no município de Osasco



Moção de: Tratamento médico e Humanização Social e Discurso Racial entre Negros ou Negras / Brancos

O médico também será um usuário da medicina

Moção P/ Município/ Estado/ Nacional.

O tratamento de medicina precisa ser bem criterioso na evolução social humanizado.

Tratamento Humanizado nos termos médicos gerais também primários, secundário, quanto terciário dentro da Unidade Médica Hospitalar, UBS e Clinicas.

Tratamento médico e tecnológico a multe racionalidade da saúde.

Igualdade de cor e gênero.

Somente ação multe raciais e descendentes, consolidar leis que tratem como prioridade fundamental o trabalho profissional multe racial com racionalidade humana.

Tratar raça, cor e afins como humanização de tratamento e defesa da raça negra e da raça indígena

Dar destaque para o provimento que dá preferência racial. Onde tipo e raça que podem ser tratados e quantos teus tratamentos igualitários de igualdade social – Social.

Criar tratamento e condições que fortalecem a criação de profissionais e tratamento que generaliza e humaniza os trabalhos de saúde em todas prioridades e SUS.

ANEXO – Listagem das propostas aprovadas na 9ª Conferência Municipal de Saúde de Osasco divididas por eixo temático.











